

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.398, DE 2023

Altera-se a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 para incluir dentre os atos de terrorismo, o crime de esbulho possessório.

Autora: Deputada CAROLINE DE TONI

Relator: Deputado NICOLETTI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.398, de 2023, de autoria da Deputada Caroline de Toni, propõe modificar a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para incluir o crime de esbulho possessório entre os atos considerados como terrorismo.

Em sua justificção, a autora argumenta que a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para investigar atos criminosos do Movimento dos Sem Terra (MST), revelou inúmeras ilegalidades praticadas por todo o país. Segundo ela, sob o pretexto de promover a Reforma Agrária, esses movimentos têm atuado de maneira irresponsável, infringindo a lei em benefício próprio e agravando os conflitos no campo. A autora destaca que, apenas nos primeiros meses do ano, foram registradas mais de cinquenta invasões de terras — número próximo ao total de invasões ocorridas durante todo o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A justificativa aponta ainda que uma das causas do agravamento dessas ações está na fragilidade da legislação vigente, que prevê punições brandas e tipificações limitadas. Diante disso, o projeto de lei proposto busca endurecer as medidas legais, incluindo o esbulho possessório (a invasão de propriedade) no rol dos crimes de terrorismo. Com essa



mudança, a infração passaria a ser considerada inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, conforme previsto no artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal para crimes dessa natureza.

A proposição, segundo despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do RICD). O Projeto de Lei se sujeita à apreciação do plenário e segue sob tramitação ordinária (art. 151, III, RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados se manifestar sobre a proposição quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, bem como em relação ao mérito.

Em relação à *iniciativa constitucional* da proposição, não há óbices, uma vez que se verifica integral respeito aos requisitos constitucionais formais, competindo à União Federal legislar sobre o tema e sendo a iniciativa parlamentar legítima, fundada no que dispõe o art. 61 da Carta da República, eis que não incidem, na espécie, quaisquer reservas à sua iniciativa.

No tocante à constitucionalidade material, não se vislumbram também quaisquer discrepâncias entre o projeto sob exame e a Constituição Federal.

No que diz respeito a *juridicidade*, nada há a se objetar, já que o texto da proposta inova no ordenamento jurídico e não contraria os princípios gerais do direito.

Já a *técnica legislativa* empregada no âmbito da proposição legislativa, de um modo geral, atende ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar no 107, de 26 de abril de 2001. Pontua-se que apresentamos, ao final, duas emendas com a finalidade de sanar um vício de técnica



legislativa, devido à falta de linhas pontilhadas, e um vício de redação, os quais não interferem no mérito da matéria em análise.

No tocante ao *mérito*, há de se reconhecer a pertinência e conveniência da matéria, sendo a aprovação desta lei essencial para garantir a estabilidade no campo.

É nossa posição que o Projeto de Lei nº 4398, de 2023, que propõe a alteração da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para incluir o crime de esbulho possessório entre os atos de terrorismo, deve ser aprovado por esta Casa Legislativa, por sua relevância na proteção da propriedade privada e no fortalecimento da ordem pública no país.

O esbulho possessório — caracterizado pela invasão e ocupação ilegal de propriedades — tem se tornado uma prática reiterada, provocando graves prejuízos à estabilidade social e econômica nacional. As sanções atualmente previstas para esse tipo de conduta não têm se mostrado suficientes para conter sua proliferação, o que gera um clima de impunidade e insegurança, principalmente nas áreas rurais. Ao tipificar esse crime como ato de terrorismo, o projeto promove um endurecimento das penas, tornando-o inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Essa reclassificação jurídica representa não apenas um reforço à tutela da propriedade, mas também um avanço na capacidade do Estado de atuar de forma mais eficaz, com instrumentos de investigação e repressão mais condizentes com a gravidade dos atos praticados. O projeto também segue uma tendência internacional, em que países democráticos adotam legislações mais rigorosas contra práticas que atentam contra a ordem pública e a segurança jurídica.

Dessa forma, a aprovação do Projeto de Lei nº 4398, de 2023, é medida essencial para proteger os legítimos proprietários, desestimular invasões ilegais, preservar a paz social e garantir um ambiente de maior segurança jurídica no campo e nas cidades. Trata-se de um passo necessário para assegurar que o Estado de Direito prevaleça e que a legislação brasileira esteja à altura dos desafios impostos pela atual realidade



A aprovação desta proposta legislativa, que visa modificar a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para incluir o crime de esbulho possessório entre os atos de terrorismo, reveste-se de grande importância para o fortalecimento da proteção da propriedade privada e da ordem pública no Brasil. O esbulho possessório, que se caracteriza pela invasão e ocupação ilegal de propriedades, tem se tornado uma prática recorrente, trazendo sérios prejuízos à estabilidade social e econômica do país. As sanções atualmente aplicadas a esse crime são insuficientes para conter sua disseminação, criando um cenário de impunidade que favorece a repetição dessas atividades ilícitas.

Ao reclassificar o esbulho possessório como ato de terrorismo, o projeto de lei propõe um endurecimento significativo nas punições, tornando o crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, de acordo com o artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal. Esse rigor adicional servirá como um forte elemento dissuasivo, desmotivando ações de invasão de terra e, ao mesmo tempo, reforçando os direitos dos legítimos proprietários. A tipificação do esbulho possessório como terrorismo também permitirá uma atuação mais eficiente do Estado, com a utilização de ferramentas investigativas e repressivas mais adequadas à gravidade da conduta, resultando em uma resposta mais robusta contra os responsáveis por esses atos.

Além disso, a proposta alinha a legislação brasileira às melhores práticas internacionais no enfrentamento ao terrorismo e na defesa da propriedade. Diversos países já implementaram normas rigorosas contra invasões de terra, reconhecendo os efeitos devastadores que tais práticas podem ter sobre a paz social e o desenvolvimento econômico. Portanto, atualizar a legislação nacional é uma necessidade premente, uma vez que isso garantirá maior segurança jurídica, promovendo um ambiente de respeito às leis e à ordem estabelecida.

Em suma, a aprovação deste projeto de lei é crucial para reforçar a proteção da propriedade privada, assegurar a paz social e garantir que os responsáveis por invasões de terra enfrentem as devidas



consequências jurídicas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e ordenada.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.398, de 2023, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.398, de 2023, com as emendas que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado NICOLETTI
Relator

2025-9014



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.398, DE 2023

Altera-se a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 para incluir dentre os atos de terrorismo, o crime de esbulho possessório.

EMENDA Nº

Acrescente-se a redação dada ao art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, pelo art. 2º do Projeto de Lei em epígrafe duas linhas pontilhadas da seguinte forma:

"Art. 2º
§1º
.....
.
VI - praticar esbulho possessório, nos termos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.
....." (NR)

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado NICOLETTI
Relator

2025-9014



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 4.398, DE 2023**

Altera-se a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 para incluir dentre os atos de terrorismo, o crime de esbulho possessório.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.398, de 2023, a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para incluir dentre os atos de terrorismo, o crime de esbulho possessório.”

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado NICOLETTI
Relator

2025-9014

